



**X EXAME DE ORDEM UNIFICADO
SIMULADO DA 1ª FASE OAB/FGV - Abril de 2013**

TIPO 1 – BRANCA (aplicação nas Unidades Damásio)

Atenção (para a prova real)

Você está recebendo um caderno de prova do **tipo 1**. Portanto, verifique se sua folha de respostas é, também, do **tipo 1**. Verifique se o número deste caderno de provas coincide com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações gerais

- Você receberá do fiscal de sala o material descrito a seguir:
 - a) uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas na prova de tipo 1;
 - b) este caderno de prova tipo 1, com o enunciado das 80 (oitenta) questões, sem repetição ou falha, e o questionário de percepção sobre a prova, com 10 (dez) questões objetivas (não constará no simulado).
- Ao receber a folha de respostas você deve:
 - a) conferir seu nome, número de identidade e número de inscrição;
 - b) ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
 - c) assinar a folha de respostas, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - a) qualquer tipo de comunicação entre os examinandos;
 - b) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - c) portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou qualquer acessório de chapalaria, como chapéu, boné, gorro, etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha ou corretivo de qualquer espécie.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos examinandos na folha de respostas.
- Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do examinando.
- O tempo disponível para esta prova será de 5 (cinco) horas, já incluído o tempo para marcação da folha de respostas.
- Reserve os vinte minutos finais para marcar sua folha de respostas.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.
- Somente após decorridas duas horas do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem levar o caderno de questões.
- Somente após decorridas quatro horas do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova levando o caderno de questões.
- Quando terminar sua prova, entregue a folha de respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal da sala.
- Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, devendo testemunhar o lacre da embalagem de segurança pelo fiscal de aplicação, contendo os documentos que serão usados na correção das provas dos examinandos, assinando termo quanto a esse procedimento. Caso algum desses examinandos insista em sair do local de aplicação antes de presenciar o procedimento descrito, deverá assinar termo desistindo do Exame. Caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas.

Boa prova simulada!

Prof. Darlan Barroso
DIREÇÃO PEDAGÓGICA OAB

Prof. Marco Antonio Araujo Junior
VICE-PRESIDENTE ACADÊMICO

Questão 1

O advogado Paulo, após atuação profissional, recusou-se de forma injustificada a prestar contas a Mario de quantias recebidas de terceiros por conta dele, fato que ensejou o ingresso de processo disciplinar perante a OAB. Por conta do ocorrido, Mario também optou por ingressar com ação de prestação de contas pelas quantias recebidas por Paulo.

Considerada a situação hipotética acima descrita, de acordo com as normas do Estatuto da Advocacia, qual é o prazo de prescrição para o ingresso da referida ação de prestação de contas.

- A) 01 ano.
- B) 03 anos.
- C) 05 anos.
- D) 10 anos.

Questão 2

O advogado Tício, sem expressa autorização do seu cliente Caio, recebe valores da parte contrária relacionados com o objeto do mandato que lhe foi outorgado. Diante da ciência do ocorrido, e da recusa de Tício a qualquer prestação de contas, Caio decide ingressar com processo disciplinar perante a OAB.

Sobre a hipótese, e à luz do que dispõe as normas do Código de Ética e Disciplina, é correto afirmar que:

- A) O processo disciplinar pode ser instaurado de ofício ou mediante representação apócrifa.
- B) A Defesa Prévia deve ser oferecida pelo representado no prazo de 10 dias, devendo apresentar todos os documentos necessários a sua defesa, incluindo rol de testemunhas, até o máximo de cinco.
- C) Sendo o representado Presidente do Conselho Seccional a representação deverá ser processada e julgada pelo Conselho Seccional correspondente ao local da infração.
- D) Se o representado não for encontrado ou for revel, o Presidente do Conselho ou da Subseção deve designar-lhe defensor dativo.

Questão 3

A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

De acordo com as normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- A) Os honorários de sucumbência não integram o salário ou a remuneração, não podendo, assim, ser considerados para efeitos trabalhistas ou previdenciários.
- B) A compensação ou o desconto dos honorários contratados podem ocorrer independentemente de previsão contratual ou prévia autorização do cliente.
- C) Os honorários de sucumbência excluem os contratados e devem ser levados em conta no acerto final com o cliente ou constituínte.
- D) Na hipótese de adoção de cláusula quota litis, os honorários devem ser necessariamente representados por bens e, quando acrescidos dos honorários de sucumbência, não podem ser superiores às vantagens advindas em favor do cliente.

Questão 4

A atividade de advocacia é exercida com observância da Lei nº 8.906/94, do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia, do Código de Ética e Disciplina e dos Provimentos correspondentes.

Sob esse aspecto, os casos omissos no Estatuto da Advocacia são resolvidos:

- A) Pelo Poder Legislativo.
- B) Pelo Instituto dos Advogados Brasileiros.
- C) Pelo Conselho Federal da OAB.
- D) Pela Conferência Nacional dos Advogados.

Questão 5

Assinale a afirmativa que indica como é disciplinada a elaboração das listas constitucionalmente previstas para preenchimento dos cargos nos tribunais judiciários, de acordo com as normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.

- A) Por Provimento do Conselho Federal.
- B) Por meio de Resolução do Conselho Federal.
- C) Por meio de Medida Provisória Federal.
- D) Por meio de Deliberação das Delegações do Conselho Federal.

Questão 6

Considerando que determinado advogado tenha sido condenado disciplinarmente por manter conduta incompatível com a advocacia em decorrência de embriaguez habitual, a sanção a ser aplicada será:

- A) Exclusão mediante manifestação favorável de dois terços dos membros do Conselho Seccional competente.
- B) Suspensão até que preste e seja aprovado em novas provas de habilitação.
- C) Exclusão, caso se trate de reincidência em infração.
- D) Suspensão em todo o território nacional, pelo prazo de trinta dias a doze meses.

Questão 7

Consoante as regras do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, a decisão de qual dos órgãos de atuação do Conselho Federal constitui orientação dominante da OAB sobre a matéria, quando consolidada em súmula publicada na imprensa oficial.

- A) Conselho Pleno.
- B) Órgão Especial do Conselho Pleno.
- C) Diretoria.
- D) Presidência.

Questão 8

Nos termos do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, compete à Primeira Câmara do Conselho Federal da OAB decidir os recursos sobre

- A) incompatibilidades e impedimentos.
- B) infrações e sanções disciplinares.
- C) sociedade de advogados.
- D) advogados empregados.

Questão 9

As sanções cabíveis aos advogados no processo disciplinar realizado pela OAB são a censura, a suspensão, a exclusão e a multa. Dentre as circunstâncias atenuantes para a aplicação do ato sancionatório, assinale a alternativa que não se encontra de acordo com as normas estatutárias.

- A) falta cometida na defesa de prerrogativa profissional.
- B) reincidência em faltas da mesma natureza.
- C) exercício assíduo e proficiente de cargo em órgão da OAB.
- D) prestação de relevantes serviços à causa pública.

Questão 10

Tulio, advogado, passou a ocupar o cargo de Procurador Geral de um município. Tratando-se de cargo privativo de advogado, assim que o assumiu enquadrou-se em hipótese de:

- A) exercício exclusivo da advocacia vinculada à função exercida.
- B) cancelamento da sua inscrição na OAB em decorrência da incompatibilidade definitiva do cargo ora assumido.
- C) suspensão temporária do exercício da advocacia.
- D) licenciamento pelo prazo que permanecer no cargo, em virtude da incompatibilidade temporária existente.

Questão 11

A respeito da inscrição como advogado na OAB assinale a alternativa incorreta, levando-se em consideração as regras estatutárias.

- A) A idoneidade moral constitui um dos requisitos para a inscrição como advogado, não atendendo a este requisito aquele que tiver sido condenado por crime infamante, salvo reabilitação judicial.
- B) Cancela-se a inscrição do profissional que perder qualquer um dos requisitos necessários para inscrição.
- C) A inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional em cujo território pretende estabelecer o seu domicílio profissional, prevalecendo, na dúvida, o seu domicílio pessoal.
- D) No caso de mudança efetiva de domicílio profissional para outra unidade federativa, deve o advogado requerer a sua inscrição suplementar junto ao Conselho Seccional correspondente.

Questão 12

O Poder Constituinte Derivado de Reforma é externado por meio das Emendas Constitucionais e correspondem ao meio de alteração da Constituição vigente e tem como peculiaridade:

- A) O voto direto, secreto e obrigatório é cláusula pétrea.
- B) podem ser aprovadas por maioria absoluta em duas votações nas duas casas do Congresso Nacional.
- C) Se uma proposta de emenda constitucional for rejeitada em 09 de dezembro de um ano, pode ser reapresentada em 02 de fevereiro do próximo ano.
- D) Possuem cláusulas pétreas que são partes que não admitem ser alteradas de modo algum.

Questão 13

A Constituição da República Federativa do Brasil proíbe qualquer discriminação, por lei, entre brasileiros natos e naturalizados, exceto os casos previstos pelo próprio texto constitucional. Nesse sentido, é incorreto afirmar que:

- A) Diplomata deve ser brasileiro nato.
- B) Oficiais das forças armadas e Presidente da República devem ser brasileiros natos.
- C) Ministro da Defesa e Presidente da Câmara dos Deputados devem ser brasileiros natos.
- D) Presidente do Senado Federal e Deputados Federais devem ser brasileiros natos.

Questão 14

O Estado "W" possui Lei Ordinária, que disciplina regras de trânsito e transporte. Determina essa lei a colocação de equipamentos de segurança em motocicletas, impondo penalidades em caso de descumprimento. Inconformado com este diploma legal, o Governador do Estado deseja propor ação direta de inconstitucionalidade. Neste caso, assinale a afirmativa correta.

- A) Não haveria vício de inconstitucionalidade, caso a lei estadual tivesse natureza de lei complementar, ao invés de lei ordinária.
- B) A ação não poderá ser ajuizada pelo Governador sem prévia autorização da Assembleia Legislativa do Estado "W", já que se trata de ação contra lei do próprio Estado.
- C) O Governador não poderá propor a ADI, como pretende, pois a lei não possui vício de inconstitucionalidade.
- D) A lei é inconstitucional, pois viola a competência privativa da União para legislar sobre trânsito.

Questão 15

O direito de greve dos servidores públicos estatutários foi regulamentada por lei federal específica de iniciativa de deputado federal e aprovada pelo Congresso Nacional. A Presidente da República sanciona a lei, que é publicada dias depois. Sobre tal caso concreto apresentado, assinale a afirmativa correta.

- A) Há vício de iniciativa, devendo a regulamentação do direito de greve dos servidores públicos estatutários ser estabelecida em lei de iniciativa da Presidente da República.
- B) Ainda que houvesse vício de iniciativa, a sanção da Presidente da República sana tal vício, uma vez que se considera que a autoridade originalmente atribuída do poder de iniciativa ratificou as disposições da lei.
- C) Não há vício de iniciativa, pois as matérias com reserva de iniciativa são somente aquelas que devem ser tratadas por meio de lei complementar ou ordinária, pela exigência de quorum qualificado, podendo ser encaminhadas pelo Poder Executivo, Judiciário ou pelo Legislativo.
- D) Somente existe vício de iniciativa se não tiver havido tempo razoável para o Poder Executivo encaminhar ao Congresso Nacional o projeto de lei. Diante da inércia da Presidente da República por diversos anos, pode o Congresso Nacional suprir a mora, elaborando o projeto.

Questão 16

Sobre o tema medidas provisórias é incorreto afirmar:

- A) Não Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir pareceres, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.
- B) Não podem tratar de direito penal, processo civil e processo penal.
- C) Podem tratar de crédito extraordinário como no caso de guerra.
- D) Exigem como requisitos relevância e urgência.

Questão 17

Afrânio Alípio ingressa com ação individual buscando a repetição de indébito tributário, tendo como causa de pedir a inconstitucionalidade da Lei Federal "Z", que criou o tributo. Sobre a demanda, assinale a afirmativa correta.

- A) O juiz de primeiro grau não detém competência para a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, mas somente o Tribunal de segundo grau e desde que haja prévio pronunciamento do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.
- B) Afrânio não possui legitimidade para ingressar com a demanda, questionando a constitucionalidade da Lei Federal "Z", atribuída exclusivamente às pessoas e entidades previstas no art. 103 da Constituição.
- A) Caso a questão seja levada ao Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário, e este declarar a inconstitucionalidade da Lei Federal "Z" pela maioria absoluta dos seus membros, a decisão terá eficácia contra todos e efeitos vinculantes.
- B) O órgão colegiado, em sede de apelação, não pode declarar a inconstitucionalidade da norma, devendo submeter a questão ao Pleno do Tribunal ou ao órgão especial (quando houver), salvo se já houver prévio pronunciamento deste ou do plenário do STF sobre a sua inconstitucionalidade.

Questão 18

Armando Nabos, governador do Estado-membro "A", possui familiares que pretendem concorrer a cargos elegíveis nas próximas eleições. Sobre essa situação, assinale a afirmativa correta.

- A) Armando Nabos Filho, descendente de primeiro grau de Armando Nabos, que terá 21 anos completos na época da eleição, poderá se candidatar ao cargo de deputado estadual de "A", desde que Armando Nabos tenha se desincompatibilizado seis meses antes do pleito.
- B) Ana Alchova, esposa de Armando Nabos, deputada estadual de "A", só poderá concorrer novamente ao cargo de deputada estadual, se Armando Nabos se desincompatibilizar seis meses antes do pleito.
- C) Armando Nabos poderá concorrer ao cargo de presidente da república, não sendo necessário que renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito.
- D) Jacinto Mandica, sobrinho de Armando Nabos, poderá concorrer ao cargo de deputado estadual do Estado-membro "A" mesmo que Armando Nabos não tenha se desincompatibilizado seis meses antes do pleito.

Questão 19

A competência para processar e julgar originariamente mandado de segurança contra ministro de estado é do:

- A) Supremo Tribunal Federal.
- B) Órgão Especial do Tribunal Justiça onde ocorreu a ilegalidade ou abuso.
- C) Órgão Especial do Tribunal Regional Federal.
- D) Superior Tribunal de Justiça.

Questão 20

Acerca dos direitos de personalidade, assinale a alternativa incorreta:

- A) É válida a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, desde que com objetivo altruístico. Admitir-se-á a disposição onerosa se o objetivo for científico.
- B) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- C) O apelido adotado para atividades lícitas goza da mesma proteção que se dá ao nome.
- D) Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer a proteção aos direitos da personalidade os ascendentes, os descendentes ou o cônjuge.

Questão 21

Jonas é proprietário de um imóvel que se encontra encravado em relação ao imóvel vizinho, de propriedade de Nelson. O direito de exigir que Nelson abra acesso à via pública é garantido pelo instituto:

- A) da passagem forçada, mediante pagamento de indenização a Nelson.
- B) da passagem forçada, independentemente do pagamento de indenização.
- C) servidão de passagem, devendo o acesso ser o mais conveniente para o prédio encravado.
- D) servidão de passagem, devendo o acesso ser o menos gravoso para o prédio vizinho.

Questão 22

Alberto, maior e capaz, outorga procuração ao irmão Antônio. Passados oito anos, a interdição de Alberto é declarada por sentença judicial. De acordo com disposto no Código Civil:

- A) com a decretação da interdição, extingue-se automaticamente o mandato.
- B) como a procuração foi outorgada quando o mandante era pessoa capaz, tem ela plena validade até que Alberto venha a falecer.
- C) os atos praticados pelo mandatário em nome do mandante, no período de dois anos antes da declaração da interdição, são abrangidos pela sentença e devem ser revistos pelo curador nomeado judicialmente, que poderá ratificá-los ou revogá-los.
- D) todos os contratos firmados tendo Antônio como mandatário poderão ser revistos, cabendo ao curador nomeado, ou aos interessados que se julgarem prejudicados, propor as respectivas ações para anular atos que entendam eivados de vício de consentimento.

Questão 23

De acordo com a LINDB, o efeito repristinatório prevê que:

- A) a lei nova tem sua vigência suspensa até o implemento da condição nela estipulada para sua eficácia plena.
- B) a lei especial revoga a lei geral.
- C) a lei revogada restaura-se por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- D) a lei posterior produz efeitos imediatos revogando as leis com ela incompatíveis.

Questão 24

Marina era casada com Clodoaldo no regime da comunhão universal de bens. Da união, nasceram 3 filhos comuns. Após 10 anos de casamento, Clodoaldo falece deixando, além dos filhos, a mãe e um irmão vivos. Durante o casamento, o casal adquiriu a título oneroso bens no valor de R\$ 300.000,00. Sabendo-se que Clodoaldo não deixou testamento e o casal não tinha patrimônio antes do casamento, assinale a opção correta quanto à meação e a partilha da herança:

- A) Meação de Marina: R\$ 150.000,00. Marina, além de meeira, também é herdeira e recebe a título de quinhão hereditário: R\$ 37.500,00. Quinhão hereditário de cada filho: R\$ 37.500,00.
- B) Meação de Marina: R\$ 150.000,00. Marina é apenas meeira, não recebendo nada como herdeira. Quinhão hereditário de cada filho: R\$ 50.000,00.
- C) Meação de Marina: R\$ 50.000,00. Marina, além de meeira, também é herdeira e recebe a título de quinhão hereditário: R\$ 50.000,00. Quinhão hereditário de cada filho: R\$ 50.000,00. Quinhão hereditário da mãe de Clodoaldo: R\$ 50.000,00.
- D) Meação de Marina: R\$ 75.000,00. Marina é apenas meeira, não recebendo nada como herdeira. Quinhão hereditário de cada filho: R\$ 75.000,00.

Questão 25

Ana, solteira, com 17 anos de idade, pai desconhecido e com a autorização de sua mãe Carolina, casa-se com Paulo, filho de sua tia Carmen, sendo ele solteiro, com 20 anos de idade. A respeito do casamento realizado, é correto afirmar que é

- A) nulo, tendo em vista o parentesco existente entre Ana e Paulo.
- B) é anulável, tendo em vista que, por desconhecer o pai, Ana deveria obter autorização judicial a fim de suprir o consentimento paterno.
- C) válido.
- D) anulável, tendo em vista o parentesco existente entre Ana e Paulo.

Questão 26

Assinale a alternativa incorreta:

- A) A sociedade por ações pode ser, conforme seu objeto, sociedade empresária ou sociedade simples.
- B) As sociedades cooperativas consideram-se sociedades simples.
- C) Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo.
- D) A sociedade comum os sócios são atingidos com benefício de ordem.

Questão 27

A circulação dos títulos de crédito à ordem se dará:

- A) por endosso ou cessão civil de crédito.
- B) apenas por cessão civil de crédito.
- C) pela aposição de aval.
- D) por endosso, completando-se a transferência com a tradição do título.

Questão 28

Sobre o administrador judicial disciplinado na Lei n.º 11.101/2005, é incorreto afirmar que:

- A) pode ser nomeada como administrador judicial uma pessoa jurídica especializada.
- B) na falência, o administrador judicial poderá transigir sobre o recebimento de créditos da falida, inclusive concedendo abatimentos, dispensando-se, nesta hipótese, a necessidade de autorização judicial ou concordância dos credores.
- C) na recuperação judicial, ao administrador judicial compete requerer a falência no caso de descumprimento de obrigação prevista no plano, sem prejuízo da iniciativa de credores ou do Ministério Público.
- D) na falência, o administrador judicial representará a massa falida em Juízo.

Questão 29

A respeito da EIRELI indique a alternativa correta:

- A) A empresa individual de responsabilidade limitada constitui pessoa jurídica de direito privado, de maneira que sua instituição representa a limitação da responsabilidade do empreendedor individual sobre as obrigações decorrentes de sua atividade empresarial.
- B) Traz como consequência a responsabilidade limitada dos sócios de acordo com a subscrição de suas cotas.
- C) A EIRELI somente pode ser instituída de maneira originária, quando criada diretamente por seu fundador, não se admitindo a constituição derivada quando decorrente de aproveitamento de ente anterior, a exemplo da concentração das quotas de modalidade societária em um único sócio.
- D) A existência da EIRELI não depende do registro de seus atos constitutivos, perante a Junta Comercial do Estado em que a empresa terá sua sede.

Questão 30

Assinale a alternativa correta.

- A) O desenho industrial se refere a resultado visual novo e original que tenha aplicação industrial e uma utilização inovadora.
- B) A marca é o único bem industrial que, não tendo limite máximo de vigência, vigora enquanto for de interesse de seu titular, desde que providenciadas às prorrogações sucessivas.
- C) A marca de produto se destina a distinguir um produto de outro idêntico ou semelhante, podendo, para tanto, utilizar-se de cores, indicações geográficas ou letras.
- D) O detentor de marca notoriamente conhecida em seu ramo de atividade não pode pretender que seja indeferido pedido, de terceiro, de registro de sua marca, mesmo não tendo registrado ou depositado sua marca no Brasil.

Questão 31

Maria, funcionária de um asilo, decide adotar um recém-nascido. Porém seu pedido de licença-maternidade é negado, por falta de previsão legal. Inconformada Maria ingressa na Justiça, onde recebe decisões favoráveis à luz dos princípios constitucionais, inclusive de Tribunal Superior. Porém, em última análise do caso, o Supremo Tribunal Federal decide pela denegação do pedido de licença-maternidade, operando-se o trânsito em julgado da decisão. Segundo o Sistema Regional da Organização dos Estados Americanos sobre Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

- A) Maria poderá ter sua petição admitida pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que poderá continuar a analisar o mérito do assunto mesmo que o Brasil tenha alterado a legislação sobre o tema após a decisão do caso de Maria pelo STF.
- B) Maria não poderá ter sua petição admitida, em razão de ser requisito indispensável que estivesse representada por advogado para apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- C) Como a questão já transitou em julgado no Poder Judiciário do país acusado, Maria terá sua petição não admitida pela falta de cumprimento do requisito previsto na Convenção Americana de Direitos Humanos.
- D) Maria não terá sua petição admitida pela falta de cumprimento de requisito convencional de levar a conhecimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos a lesão ao seu direito.

Questão 32

O Pacto de São José da Costa Rica prevê que os Estados signatários devem cumprir com as decisões emanadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Uma das hipóteses de condenação consiste no pagamento, pelo Estado, de indenização compensatória à vítima da violação de direitos humanos. Assinale a afirmativa que indica o procedimento a ser adotado, caso o Estado brasileiro não cumpra espontaneamente a sentença internacional que o obriga a pagar a indenização.

- A) Como é considerada título executivo judicial, poderá ser executada perante o Superior Tribunal de Justiça, uma vez que goza de status internacional.
- B) Como é considerada título executivo judicial, poderá ser executada perante a Vara Federal competente territorialmente.
- C) A Corte Interamericana, em razão do princípio da soberania, obrigará o Estado brasileiro a cumprir a sentença, sendo necessária a propositura de processo de execução, autônomo, pela parte interessada na Corte.
- D) A Corte Interamericana, em razão do princípio da soberania, não poderá obrigar o Brasil a cumprir a sentença, mas o descumprimento poderá fundamentar uma advertência da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, pelo descumprimento da Convenção Americana de Direitos Humanos.

Questão 33

A necessidade de se promover desafetação para a alienação de bens públicos não incide sobre:

- A) Bens de uso comum.
- B) Bens de uso especial.
- C) Bens dominicais.
- D) Incide sobre todos os bens.

Questão 34

Em relação aos concessionários de serviços públicos, aponte a alternativa incorreta:

- A) Não respondem pelos danos que causarem aos usuários do serviço.
- B) Respondem pelos danos causados, de forma objetiva.
- C) Respondem pelos danos causados a terceiros não usuários.
- D) A ausência de fiscalização pelo poder concedente, não afasta sua responsabilidade.

Questão 35

Entre as alternativas abaixo relacionadas, aponte aquela que não contempla, respectivamente, requisitos de validade e atributos do ato administrativo:

- A) Competência-autoexecutoriedade.
- B) Forma-finalidade.
- C) Objeto-tipicidade.
- D) Motivo-presunção de legitimidade.

Questão 36

Em relação aos contratados administrativos, qual das situações abaixo relacionadas não configura cláusula exorbitante:

- A) Alteração unilateral.
- B) Rescisão unilateral.
- C) Aplicação de sanções.
- D) Rescisão judicial.

Questão 37

Entre as alternativas abaixo relacionadas, aponte aquela que contém figura integrante da administração, que não responde em juízo pelos danos causados a terceiros:

- A) Autarquia.
- B) Empresa pública.
- C) Órgão público.
- D) Sociedade de economia mista.

Questão 38

Antonio propôs ação pelo rito próprio em face de Mário Augusto com a finalidade de demandar indenização decorrente de acidente de trânsito. Citado, o réu comparece na audiência de conciliação e, por falta de proposta do autor, a transação restou infrutífera. Assim, em seguimento ao processo:

- A) Competirá ao réu apresentar resposta na própria audiência, que poderá ser escrita ou oral. Na mesma peça processual, a parte ré poderá formular pedido em seu favor.
- B) O juiz deverá obrigatoriamente converter o rito para permitir que as partes possam produzir provas em audiência.
- C) O réu terá o prazo de 15 dias para apresentação de sua defesa, que deverá ser escrita e poderá ser acompanhada de reconvenção.
- D) O juiz dará oportunidade às partes para que, no prazo de 10 dias, especifiquem as provas que pretendem produzir.

Questão 39

Augusto propôs ação em face de Lucio para requer a sua condenação ao pagamento de R\$ 1.000.000,00. A ação tramitou regularmente na primeira instância e o processo recebeu sentença de total procedência. Inconformada, a parte ré interpôs recurso de apelação e, por maioria de votos, o tribunal houve por bem manter o julgamento. Ainda inconformado, o réu interpôs recurso especial, que foi devidamente admitido e os autos remetidos ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Dessa forma, considerando a situação hipotética apresentada, é possível afirmar que:

- A) O autor poderá iniciar o cumprimento de sentença, que será protocolizado no Superior Tribunal de Justiça, onde se encontram os autos para julgamento do recurso especial.
- B) O autor deverá aguardar o julgamento do recurso especial, já que a interposição do referido recurso tem o efeito de suspender o acórdão e a sentença até o pronunciamento final do órgão colegiado do Superior Tribunal de Justiça.
- C) O autor poderá requerer o cumprimento provisório do julgado, que correrá, por sua conta e risco, perante o juízo que processou a ação no primeiro grau de jurisdição.
- D) O recurso especial não poderia ter sido admitido, pois, sendo o acórdão proferido por maioria, a parte ré deveria ter realizado a oposição de embargos infringentes. Assim, o autor poderá iniciar, desde logo, a execução definitiva do julgado.

Questão 40

A parte será representada em juízo por advogado legalmente habilitado. No entanto, é lícito que a parte postule em causa própria quando tiver habilitação legação para isso.

Assim, acerca das partes e seus procuradores, é correto afirmar:

- A) A procuração não poderá ser assinada digitalmente com base em certificado digital, já que a legislação vigente exige o reconhecimento de firma por autoridade competente.
- B) Quando o advogado atuar em causa própria deverá juntar aos autos procuração declarando o endereço no qual receberá intimações.
- C) A procuração para o foro em geral, conferida por instrumento público ou particular, assinada pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, salvo para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso.
- D) As despesas dos atos protelatórios, impertinentes ou supérfluos serão pagas pela parte vencida ao final do processo, independentemente de quem os tenha requerido.

Questão 41

Em relação aos procedimentos especiais, é correto afirmar que:

- A) A ação de prestação de contas apenas competirá aquele que tiver o direito de exigí-las.
- B) Na ação de usucapião obrigatoriamente intervirá o Ministério Público.
- C) Proposta ação de despejo contra o locatário de imóvel o juiz não poderá conceder liminar, cabendo a execução da sentença apenas após o trânsito em julgado da sentença de procedência.
- D) Os embargos de terceiro apenas poderão ser opostos caso o autor seja proprietário do bem, não cabendo a propositura da medida fundada apenas em compromisso de compra e venda.

Questão 42

O direito de interpor recursos contra os atos judiciais é próprio dos princípios do devido processo legal e da ampla defesa. Nessa linha, o ordenamento processual civil prevê que os recursos podem ser interpostos pelas partes, pelo Ministério Público, ou mesmo pelo terceiro prejudicado. Assim, acerca dos recursos, é correto afirmar:

- A) O Ministério Público apenas terá legitimidade para interpor recurso quando for parte no processo, já que quando oficia como fiscal da lei, a apresentação de recurso dependerá de anuência da parte sucumbente.
- B) Cada parte terá a faculdade de interpor seu recurso independente, mas, caso sejam vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer uma das partes, poderá a outra apresentar, recurso na forma adesiva.
- C) Os agravos de instrumento e retido dependem de preparo.
- D) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, inclusive se distintos ou opostos seus interesses.

Questão 43

O processo de execução, incluído dentre as funções jurisdicionais do Estado, tem por finalidade fazer com que o devedor cumpra uma obrigação prevista em título executivo.

Assim, em relação ao processo de execução, é correto afirmar que:

- A) O espólio, os herdeiros ou os sucessores não podem ser sujeitos passivos de uma execução, situação em que o juiz deverá determinar a citação do inventariante.
- B) A decisão do árbitro não constitui título executivo judicial, já que é ato proferido fora do âmbito do Poder Judiciário.
- C) Os bens dos sócios, do cônjuge em relação à sua meação ou bens particulares ou aqueles pertencentes ao devedor, mas em poder de terceiros, não respondem pela execução.
- D) São absolutamente impenhoráveis os móveis, pertences e utilidades domésticas que guarneçam a residência do executado, salvo os de elevado valor ou que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida.

Questão 44

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente medidas socioeducativas. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- A) A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a 1 (um) ano, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.
- B) A liberdade assistida será fixada pelo prazo máximo de 6 (seis) meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.
- C) Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a 3 (três) anos, sendo que atingido o limite estabelecido, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida.
- D) Em qualquer hipótese, a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público, sendo que a liberação será compulsória aos 18 (dezoito) anos de idade.

Questão 45

Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). São garantias processuais do adolescente, exceto:

- A) pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente.
- B) direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.
- C) direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.
- D) igualdade na relação processual, não podendo se confrontar com vítimas e testemunhas, em respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Questão 46

Segundo a melhor doutrina, Princípio é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico. Considerando-se os princípios gerais do processo aplicáveis ao Direito Processual do Trabalho, é correto afirmar:

- A) A irrecorribilidade das decisões interlocutórias é um dos aspectos da oralidade, plenamente identificado no processo trabalhista.
- B) Não se aplica o princípio da concentração dos atos processuais em audiência, como ocorre no processo comum.
- C) Não há omissão das normas processuais na Consolidação das Leis do Trabalho que justifique a aplicação subsidiária do processo comum.
- D) A execução trabalhista poderá ser promovida apenas pelas partes interessadas, não havendo o impulso oficial "ex officio" pelo próprio Juiz competente.

Questão 47

Leandro, Procurador do INSS, interpõe recurso perante o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região pleiteando a reforma do julgado de primeira instância. Entretanto, seu recurso não foi conhecido, por ausência de pressuposto processual de admissibilidade. No juízo de admissibilidade, percebeu-se que o procurador, em momento algum, juntou nos autos declaração de exercente do cargo de procurador. Em agravo de instrumento, Leandro alega que indicou nos autos o número de inscrição da Ordem dos Advogados do Brasil. Diante dessa situação, em consonância ao atual entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que

- A) Leandro agiu de forma incorreta, já que não apresentou seu instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação, documento esses essenciais para a representação.
- B) Leandro agiu de forma correta, já que indicou o seu número de inscrição da Ordem dos Advogados do Brasil.
- C) Leandro agiu de forma incorreta ao interpor agravo de instrumento, já que esse recurso não é cabível na situação em tela.
- D) Leandro agiu de forma incorreta, pois é essencial que ele ao menos declare-se exercente do cargo de procurador, estando dispensado da juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação.

Questão 48

Conforme previsão legal e jurisprudência sumulada do TST, em relação às audiências trabalhistas, é correto afirmar:

- A) A ausência do reclamante, quando adiada a instrução após contestada a ação em audiência, importa arquivamento do processo.
- B) Exceto quanto à reclamação de empregado doméstico, ou contra micro ou pequeno empresário, o preposto em audiência deve ser necessariamente empregado do reclamado.
- C) Não se aplica a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor desde que esteja presente o seu advogado.
- D) Aberta a audiência, o reclamado terá vinte minutos para aduzir sua defesa oral ou apresentá-la por escrito e, em seguida, o juiz proporá a conciliação.

Questão 49

Sobre a Comissão de Conciliação Prévia, pode-se afirmar que:

- A) é uma forma de autocomposição que busca solucionar conflitos individuais e coletivos trabalhistas.
- B) tem sua constituição e regras de funcionamento disciplinadas por lei ordinária federal.
- C) é composta de no mínimo 2 e no máximo 10 membros.
- D) é de criação obrigatória pelas empresas com mais de 200 empregados.

Questão 50

Quanto à Organização da Justiça do Trabalho, é correto afirmar que:

- A) compete ao Tribunal Superior do Trabalho processar e julgar originalmente o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade.
- B) não compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas às empresas pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- C) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar os crimes contra organização do trabalho.
- D) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria trabalhista.

Questão 51

Sobre o Procedimento Sumaríssimo, pode-se afirmar que

- A) Tem o intuito de dirimir dissídios individuais cujo valor não exceda a 20 (quarenta) vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam sujeitos ao procedimento sumaríssimo.
- B) (B) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada a demonstração de violação direta a Constituição Federal ou contrariedade à Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se admitindo o recurso por contrariedade à Orientação Jurisprudencial do TST.
- C) Estão incluídas no procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta e indireta.
- D) A sentença será composta de relatório, fundamentação e dispositivo.

Questão 52

Lucas foi contratado por prazo determinado para trabalhar no shopping center no período do Natal. Ocorre que, no primeiro dia de trabalho, ao subir na escada rolante, Lucas sofreu um grave acidente. Encaminhado para o hospital, o médico deu-lhe um atestado para afastamento do trabalho por 60 dias. Após os 60 dias, Lucas retomou suas atividades no shopping, mas, após um mês de trabalho, Lucas foi surpreendido com a rescisão do contrato de trabalho por prazo determinado por iniciativa do shopping. Em momento subsequente, Lucas ajuizou reclamação trabalhista com pedido de tutela antecipada pleiteando sua reintegração ao emprego. Conforme o atual posicionamento do Tribunal Superior do Trabalho:

- A) Lucas não faz jus a reintegração ao emprego, pois apesar do acidente sofrido ensejar a garantia provisória de emprego por 12 meses, está não é cabível no caso de contratos por prazo determinado.
- B) Lucas, mesmo submetido a contrato de trabalho por tempo determinado, goza da garantia provisória de emprego decorrente de acidente de trabalho.
- C) Por ter ficado licenciado por 60 dias, Lucas perderá o direito às férias remuneradas com um terço a mais do que o salário normal.
- D) a estabilidade provisória devido a acidente de trabalho foi considerada inconstitucional segundo o STF.

Questão 53

Um dos grandes temas trabalhistas de 2013 é o estudo dos Empregados Domésticos. Com efeito, são assegurados, pela Constituição Federal de 1988, à categoria dos empregados domésticos, certos direitos trabalhistas, entre eles:

- A) aposentadoria, fundo de garantia por tempo de serviço e licença-gestante.
- B) irredutibilidade do salário, garantia do salário mínimo e licença-paternidade.
- C) férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do salário normal e proteção em face de automação, na forma da lei.
- D) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, repouso semanal remunerado e remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

Questão 54

Márcia, empregada doméstica, trabalhava com Laura, proprietária de uma franquía do “O Boticado” – produtos de beleza. Certo dia, Laura descobre que Márcia vende produtos de beleza da “Natural”, sua principal concorrente, para grande parte de sua vizinhança. Por se sentir traída, Laura demite Márcia com justa causa, por fazer concorrência ao seu negócio. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- A) Laura esta correta, pois é possível demitir Márcia com justa causa por negociação habitual sem autorização do empregador.
- B) Laura deveria advertir primeiramente sua empregada e, caso a empregada repetisse a mencionada conduta, seria possível a demissão por justa causa.
- C) A negociação habitual sem autorização do empregador não consiste em justa causa para rescisão do contrato da empregada doméstica.
- D) a penalidade correta nesse caso seria a suspensão do contrato de trabalho por 30 dias.

Questão 55

José foi demitido da empresa que trabalhou por 19 anos. A rescisão de seu contrato de trabalho se deu em 11 de outubro de 2011 (antes da publicação da Lei 12.506/2011 – lei que regulamenta a aplicação do aviso prévio proporcional), data em que José recebeu suas verbas rescisórias bem como o aviso prévio de 30 dias. Após a publicação da Lei 12.506, em 13 de outubro de 2011, José propôs reclamação trabalhista pleiteando o aviso prévio proporcional. Diante dessa situação e do atual entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, pode-se afirmar:

- A) O direito ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço somente é assegurado nas rescisões de contrato de trabalho ocorridas a partir da publicação da Lei nº 12.506, em 13 de outubro de 2011.
- B) José deveria ter recebido aviso prévio de 87 dias.
- C) José deveria ter recebido aviso prévio de 90 dias.
- D) Se a reclamação trabalhista foi proposta após a publicação da Lei nº 12.506, em 13 de outubro de 2011, José fará jus ao aviso prévio proporcional.

Questão 56

Em relação ao contrato individual de trabalho, de acordo com a CLT:

- A) A mudança na propriedade da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
- B) A alteração na estrutura jurídica da empresa afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
- C) A alteração na estrutura jurídica da empresa afetará os direitos adquiridos por seus empregados.
- D) A responsabilidade das empresas integrantes de grupo econômico em relação aos direitos dos empregados é subsidiária.

Questão 57

Assinale a alternativa incorreta:

- A) compete à União planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
- B) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
- C) compete aos Municípios promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.
- D) compete apenas à União registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais.

Questão 58

Assinale a alternativa correta:

- A) a supressão de vegetação decorrente de licenciamento ambiental não pode ser autorizada pelo próprio ente federativo licenciador;
- B) a renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 180 dias da expiração do prazo de validade, isso para que a licença fique automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente;
- C) inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Município, o Estado deve desempenhar as ações administrativas municipais até sua criação;
- D) o decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, implica emissão tácita e autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra.

Questão 59

Será reincidente o agente que cometer:

- A) novo crime depois de condenado definitivamente por crime político.
- B) novo crime depois de condenado definitivamente por crime militar próprio.
- C) novo crime após haver recebido perdão judicial em processo anterior.
- D) novo crime, ainda que decorridos mais de cinco anos desde o trânsito em julgado da sentença anterior.

Questão 60

Com relação às causas de exclusão de ilicitude, assinale a afirmativa correta.

- A) O inimputável por não ter consciência de seu agir, não pode alegar legítima defesa.
- B) É admitida a legítima defesa recíproca.
- C) O agente que criou a situação de perigo, ainda assim pode alegar ter atuado em estado de necessidade para se livrar daquela situação perigosa.
- D) Aquele que mata um cachorro que o atacava por ordem de terceira pessoa, pode alegar a presença da excludente da legítima defesa.

Questão 61

Determinado agente, insatisfeito com as diversas brigas que tinha com seu vizinho, resolve matá-lo. Ao ver seu desafeto passando pela rua, pega sua arma, que estava em situação regular e contava com apenas uma bala, e atira, vindo a atingi-lo na barriga. Lembrando-se que o vizinho era pai de duas crianças, arrepende-se de seu ato e leva a vítima ao hospital. O médico, diante do pronto atendimento e rápida cirurgia, salva a vida da vítima.

Diante da situação acima, o membro do Ministério Público deve:

- A) denunciar o agente pelo crime de lesão corporal, pois o arrependimento posterior no caso impede que o agente responda pelo resultado pretendido inicialmente.
- B) denunciar o agente pelo crime de lesão corporal, pois houve arrependimento eficaz.
- C) denunciar o agente pelo crime de lesão corporal, pois houve desistência voluntária.
- D) denunciar o agente pelo crime de tentativa de homicídio, tendo em vista que o resultado pretendido inicialmente não foi obtido.

Questão 62

O advogado Juarez, que se encontrava suspenso pela OAB em razão de diversas reclamações de clientes, contrata novo serviço profissional para dar início à ação cível respectiva, recebendo certa importância em dinheiro como honorários e para pagar as despesas processuais respectivas. Depois de vários meses sem dar qualquer notícia ao cliente, este descobre que o profissional nunca deu início à ação respectiva, tendo ficado com a quantia. Efetuado o registro próprio, Juarez deve responder:

- A) pelo crime de apropriação indébita (Art. 168 CP);
- B) pelo crime de estelionato (Art. 171 CP);
- C) pelo crime de apropriação indébita majorada (Art. 168, § 1º do CP);
- D) a conduta de Juarez configure infração ética, mas não crime.

Questão 63

João induziu José, portador de oligofrenia por idiotia, a cometer suicídio. Diante desse induzimento, José se atirou de um prédio e milagrosamente sofreu apenas lesões corporais leves em razão da queda. João responderá pela prática do crime de:

- A) induzimento ao suicídio na modalidade consumada.
- B) lesões corporais leves.
- C) induzimento ao suicídio na modalidade tentada.
- D) homicídio tentado.

Questão 64

Tício praticou um delito, foi processado e condenado. Um dia após o trânsito em julgado da sentença condenatória, uma lei nova, mantendo a mesma descrição do fato delituoso, modificou a pena cominada para esse delito. Nesse caso:

- A) aplica-se sempre a lei nova, se o agente ainda não tiver cumprido a pena imposta.
- B) não se aplica a lei nova, por já ter ocorrido o trânsito em julgado da sentença.
- C) aplica-se a lei nova, ainda que imponha sanção mais severa.
- D) aplica-se a lei nova, se for mais benéfica ao autor do delito.

Questão 65

A interceptação telefônica é um dos mecanismos de prova de que se vale a autoridade policial para a descoberta dos crimes. Sobre a interceptação das comunicações, é INCORRETO afirmar segundo a Lei 9296/96:

- A) somente o Poder Judiciário pode autorizar o início das interceptações telefônicas para investigação de crimes punidos com detenção, porquanto tal medida se encontra sob a cláusula da reserva de jurisdição.
- B) a interceptação telefônica poderá ser decretada no curso do inquérito policial de ofício ou a pedido da autoridade policial ou do MP. Durante a instrução criminal a autoridade policial não poderá requerer a interceptação telefônica.
- C) não se admitirá interceptação telefônica se a prova puder ser realizada de outra forma.
- D) o prazo da interceptação telefônica é de até 15 dias prorrogável por igual período, uma vez demonstrada a imprescindibilidade do meio de prova.

Questão 66

Prisões processuais são um fato comum em nosso sistema. Há prisão em flagrante, prisão preventiva e prisão temporária. Há ainda medidas cautelares diversas da prisão e a prisão domiciliar. Sobre esse sistema, assinale a alternativa correta.

- A) A autoridade policial pode determinar a soltura de indivíduo preso em flagrante e conduzido à sua presença, se das respostas das pessoas ouvidas no auto não resultar fundada a suspeita contra o conduzido.
- B) A total ausência de testemunhas do crime impede a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- C) O autor de um homicídio que se apresenta espontaneamente à autoridade policial, mais de 24 (vinte e quatro) horas após o cometimento do crime, pode ser autuado em flagrante desde que não tenha havido perseguição.
- D) A prisão preventiva poderá ser decretada para os crimes com pena maior ou igual a 4 anos nos termos do Código de Processo Penal.

Questão 67

Instaurado inquérito policial para investigação de roubo de veículos na cidade de Salem Center, SP, Logan é preso preventivamente, pela suposta prática dos crimes dos arts. 157, § 2.º, I e 288 do Código Penal. Tendo sido comunicada a prisão e encaminhada à cópia do cumprimento do mandado ao seu advogado, Dr. Charles X, este se dirigiu à Delegacia de Polícia. De acordo com as prerrogativas contidas no Estatuto da OAB, as disposições do Código de Processo Penal e as Súmulas do STF analisem as afirmações abaixo.

- A) Se houver a decretação da incomunicabilidade do indiciado, o advogado não poderá se entrevistar com aquele, a fim de assegurar a continuidade das investigações.
- B) O advogado terá acesso aos autos do inquérito policial, podendo apenas tomar apontamentos.
- C) Enquanto não relatado o inquérito policial o Advogado poderá ter acesso aos autos, mas não obterá cópias, dado o seu sigilo.
- D) O advogado poderá ter acesso aos autos, salvo as informações que ainda não tenham sido documentadas.

Questão 68

Leia o relato a seguir: Scott S., funcionário público federal, quando voltava para casa, em seu veículo particular, praticou crime de lesão corporal culposa com veículo automotor na cidade de Salém, cuja pena é detenção de seis meses a dois anos. Como não possuía carteira de habilitação, a sanção pode ser aumentada de um terço à metade. Considerando-se os dados apresentados, é correto afirmar que a ação penal no caso relatado deverá correr:

- A) na Vara Criminal da Justiça Comum.
- B) na Vara Criminal da Justiça Federal.
- C) no Juizado Especial Criminal Estadual.
- D) no Juizado Especial Criminal Federal.

Questão 69

Em qual das hipóteses mencionadas seria possível, em tese, a concessão de *habeas corpus*, inclusive, se o caso, consoante jurisprudência sumulada dos Tribunais Superiores (STJ e STF)?

- A) No caso de decisão condenatória a pena de multa.
- B) No caso de processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- C) Para alegar nulidade de processo no qual foi extinta a pena privativa de liberdade.
- D) Quando o réu não foi admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza.

Questão 70

Considerando a teoria tridimensional do direito de Miguel Reale, quais são os elementos que compõem a estrutura do direito:

- A) fato, valor, norma.
- B) fato, temperança, justiça.
- C) sabedoria, valor, justiça.
- D) norma, justiça, sabedoria.

Questão 71

A arte de convencer as pessoas sem, necessariamente, assumir o compromisso com a verdade, adotada pelos Sofistas, dá-se o nome de:

- A) dialética.
- B) retórica.
- C) analítica.
- D) natural.

Questão 72

É competência da lei complementar em matéria tributária:

- A) sua utilização para a instituição do imposto extraordinário de guerra, nos termos do art. 154, II, da Constituição Federal.
- B) tratar sobre as alíquotas máximas e mínimas do imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS) nas operações interestaduais e de exportação.
- C) instituir as contribuições sobre a intervenção no domínio econômico incidente sobre combustíveis e derivados de petróleo, gás natural e energia elétrica.
- D) estabelecer normas gerais em matéria tributária com a finalidade de dar adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

Questão 73

O princípio da irretroatividade tributária veda a aplicação da lei tributária a fatos ocorridos anteriormente à sua vigência. Tal princípio passa a ser mitigado quando:

- A) do advento de lei posterior que seja expressamente interpretativa, desde que a norma não aplica ao contribuinte qualquer espécie de sanção.
- B) de alíquota mais benéfica ao contribuinte, desde que a lei tributária observe a aplicação do princípio da anterioridade.
- C) se tratar de qualquer ato não transitado em julgado, desde que a lei posterior aplique uma sanção menos gravosa ao particular.
- D) da concessão de maiores garantias e privilégios ao crédito tributário, nos termos do CTN.

Questão 74

Sobre os empréstimos compulsórios, assinale a alternativa incorreta:

- A) apenas poderão ser instituídos pela União, mediante o advento de lei complementar.
- B) quando da instituição nos casos de calamidade pública, guerra externa ou iminência não deverá observar o princípio da anterioridade, podendo ser exigido imediatamente quando da publicação da lei complementar.
- C) para os empréstimos compulsórios instituídos após o advento da CF/88 admite-se a devolução em títulos da dívida pública, conforme decisão emanada do STF.
- D) poderá ser cobrado mesmo que a calamidade pública tenha cessado, uma vez que os seus efeitos podem se perdurar no tempo, podendo ser cobrado em até 5 anos após a cessação da causa.

Questão 75

Com relação à decadência tributária, assinale a alternativa correta:

- A) o prazo de contagem para fins de decadência nos tributos sujeitos a lançamento de ofício é de 5 anos contados da ocorrência do fato gerador.
- B) o prazo de contagem para fins de decadência nos tributos sujeitos a lançamento por homologação é de 5 anos contados do primeiro dia do exercício financeiro seguinte daquele em que o lançamento deveria ter sido efetuado.
- C) o prazo de contagem para fins de decadência nos tributos sujeitos a lançamento por declaração é de 5 anos contados do primeiro dia do exercício financeiro seguinte daquele em que o lançamento deveria ter sido efetuado.
- D) não corre prazo decadencial nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, uma vez que o contribuinte antecipa o recolhimento do tributo.

Questão 76

No processo falimentar, assinale a alternativa correta com relação às garantias e privilégios do crédito tributário:

- A) os créditos tributários preferem aos créditos trabalhistas não preferindo a nenhum outro, tendo em vista à sua natureza jurídica.
- B) entende-se por extraconcursais os tributos que surgem antes da falência durante a fase de habilitação dos créditos para formação do quadro geral de credores.
- C) os créditos tributários não precisam se habilitar nos processos falimentares, de recuperação judicial, de arrolamento e de inventário, uma vez que se encontram previamente habilitados.
- D) não poderá ocorrer o trespasse em curso de falência ou recuperação judicial, uma vez que a alienação do estabelecimento empresarial, neste caso, configurar-se-á como fraude aos credores.

Questão 77

Carolina adquiriu um vestido, na loja “Young Fashion”, após tê-lo experimentado. Arrepende-se um dia após, ao descobrir que a cor do modelo estava fora de moda, e procura a loja para devolvê-lo, alegando estar no prazo de reflexão previsto no Código de Defesa do Consumidor. O dono da loja, Pedro, não aceita o argumento. Nesse caso,

- A) Carolina está certa, pois o CDC prevê sete dias a contar da aquisição do produto, em qualquer situação, para exercer o direito de arrependimento.
- B) Pedro está certo, por não existir a figura do direito de arrependimento se o produto não é defeituoso ou não apresenta vício de qualidade.
- C) Carolina está certa, pois o prazo de garantia do vestido é de pelo menos 90 dias, por sua natureza de bem durável.
- D) Pedro está certo, pois o consumidor só pode exercer seu direito de arrependimento, em sete dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto, se a aquisição ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou em domicílio.

Questão 78

Aginaldo comprou um carro importado, zero quilômetro, da marca XPTO. Ao chegar em sua casa, percebeu que havia um risco na porta do veículo, o que o fez voltar minutos depois à loja de automóveis responsável pela importação do automóvel. Na ocasião, verificou-se que o risco era profundo e somente uma pintura poderia sanar o problema. Diante do caso, assinale a alternativa correta.

- A) Trata-se de defeito do produto pelo qual o consumidor pode pleitear o ressarcimento dos valores pagos acrescidos de eventuais perdas e danos.
- B) Diante do vício qualitativo apresentado, o consumidor deve aguardar o prazo legal para que o fornecedor tente consertar o problema apresentado.
- C) Com base no seu direito de arrependimento, o consumidor pode requerer o desfazimento do negócio firmado.
- D) O consumidor pode exigir a restituição imediata do valor que pagou pelo veículo, acrescido de perdas e danos.

Questão 79

Joaquim, português, residia no Irã e, quando realizou viagem para o Egito acabou falecendo em razão de um atentado terrorista. O falecido era casado no Irã e possuía dois filhos decorrentes dessa união. Ocorre que, quando realizou viagem de negócios ao Brasil, teve relacionamento amoroso com Amélia, tendo com ela um filho. Em razão dos negócios no Brasil, Joaquim adquiriu bens no território nacional. Em razão do falecimento de Joaquim, foi aberto inventário no Irã, cuja legislação civil apenas beneficia os filhos havidos no casamento.

Assim, considerando o caso hipotético, assinale a alternativa correta em conformidade com as normas brasileiras que regem o Direito Internacional Privado.

- A) O inventário dos bens situados no Brasil poderá ser partilhados perante o poder judiciário do Irã, desde que a sentença seja homologada pelo Supremo Tribunal Federal.
- B) O inventário dos bens situados no Brasil será processado exclusivamente perante o Poder Judiciário brasileiro, podendo ser aplicada a legislação brasileira em favor dos filhos brasileiros.
- C) O inventário será processado no local do falecimento, aplicando-se assim a legislação do Egito à partilha dos bens. A sentença estrangeira poderá ter eficácia no Brasil desde que homologada pelo STJ.
- D) A capacidade para a sucessão dos filhos iranianos será regulada pela lei brasileira, local onde deverá ser processado o inventário, já que os bens estão situados no Brasil.

Questão 80

Julio, boliviano, ingressou ilegalmente no Brasil e fixou residência em São Paulo, onde passou a exercer atividade regular de comerciante de tecidos. O estrangeiro está no País há mais de 2 anos irregularmente e, durante esse período, contraiu casamento e teve um filho. Ocorre que, em razão de uma ação da polícia federal na região de residência de Julio, ele acabou detido.

Diante de tal situação, é correto afirmar que Julio estará sujeito a:

- A) deportação.
- B) expulsão.
- C) extradição.
- D) nenhuma medida, pelo fato de ter filho brasileiro.

CURSOS ONLINE DAMÁSIO

Assista no site www.damasio.com.br/online uma aula GRATUITA de demonstração dos cursos preparatórios para o Exame de Ordem 100% Online do Damásio.

A inscrição para os cursos ONLINE Damásio poderá ocorrer:

- ✓ Em uma Unidade Damásio (com desconto)
- ✓ Diretamente no site www.damasio.com.br/online

CRONOGRAMA

07/04/13	Simulado (unidades Damásio)
08/04/13	GABARITO PRELIMINAR (área do aluno)
09/04/13	Publicação dos VÍDEOS DE CORREÇÃO
09 a 11/04	Prazo para RECURSOS
12/04/13	GABARITO DEFINITIVO
26 e 27/04	DIA Damásio
28/04	Prova de 1ª fase
1º/05/13	Início 2ª Fase Damásio

Recursos

Os recursos deverão ser encaminhados para oab@damasio.com.br com o assunto "Recurso" e com apontamento das razões para a mudança do gabarito ou anulação da questão.

Acesso a ÁREA DO ALUNO

Todos os participantes do Simulado são inscritos para o evento e, conseqüentemente, passam a ser alunos Damásio, com acesso ao ambiente restrito "ÁREA DO ALUNO"

Acesso: <http://portal.damasio.com.br>

Usuário = CPF do aluno

Senha = RA (registro acadêmico) – solicite esse número em sua Unidade.

Prof. Darlan Barroso

Diretor Pedagógico OAB

darlan.barroso@damasio.com.br

[notwitter@darlanbarroso](https://twitter.com/darlanbarroso)

Prof. Marco Antonio Araujo Junior

Vice-presidente Acadêmico

[notwitter@profmarcoant](https://twitter.com/profmarcoant)